



ERRATA EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PMI Nº 01/2018

ONDE SE LÊ:

A Prefeitura Municipal de Teresópolis, representada neste ato pela Secretaria Municipal de Administração, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.138.369/0001-47, com sede na Avenida Feliciano Sodré nº 611 – Centro Administrativo Celso Dalmaso, Várzea, Teresópolis, RJ, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Municipal Complementar nº 009, de 09 de abril de 1999, e do Decreto Municipal nº, torna público Edital de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI para autorizar a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para subsidiar a elaboração do edital de Concorrência Pública para a Concessão de Serviços de Transporte Público Motorizado Coletivo e Regular de Passageiros no município de Teresópolis (1º, 2º e 3º Distritos), a ser avaliada por Comissão de Avaliação do Edital de Chamamento Público PMI nº 01/2018 nomeada através da Portaria nº GP nº 1.169, de 20 de setembro de 2018 e Processo Administrativo nº 24.459/18.

LEIA-SE:

A Prefeitura Municipal de Teresópolis, representada neste ato pela Secretaria Municipal de Administração, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.138.369/0001-47, com sede na Avenida Feliciano Sodré nº 611 – Centro Administrativo Celso Dalmaso, Várzea, Teresópolis, RJ, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei Municipal



Complementar no 009, de 09 de abril de 1999, e do Decreto Municipal no 5.018/2018, torna público Edital de Chamamento Público para Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI para autorizar a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para subsidiar a elaboração do edital de Concorrência Pública para a Concessão de Serviços de Transporte Público Motorizado Coletivo e Regular de Passageiros no município de Teresópolis (1o, 2o e 3o Distritos), a ser avaliada por Comissão de Avaliação do Edital de Chamamento Público PMI no 01/2018 nomeada através da Portaria no Portaria GP no 1.169, de 20 de setembro de 2018 e Processo Administrativo no 24.459/18.

ANEXO I

ONDE SE LÊ:

43. O valor máximo nominal para eventual ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos não poderá ultrapassar, em seu conjuntos, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor total necessário para implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à operação e à manutenção do empreendimento durante o período de vigência do contrato, o que for maior.

LEIA-SE:

43. O valor máximo nominal para eventual ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos não poderá ultrapassar, em seu conjuntos, 2,5% (dois inteiros e



cinco décimos por cento) do valor total necessário para implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à operação e à manutenção do empreendimento durante o período de vigência do contrato, o que for maior.

43.1O Projeto deve ser elaborado de maneira que permita seu fracionamento com consequente aprovação/aquisição de apenas parte do todo. Ou seja, as frações devem ser precificadas individualmente.

ANEXO I – OBJETIVO 11

ONDE SE LÊ:

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis:

- As empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo nas linhas municipais ficam obrigadas a manter os respectivos veículos com portas traseira e dianteira (entrada e saída) (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 136 - Emenda nº 004/2017).
- Ter ambiente seguro e acessível para a utilização do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, conforme as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Idosos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos é garantida a gratuidade nos transportes coletivos municipais (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 130, V, a - Emenda nº 004/2017 e Lei Municipal nº 2.132/2002).



- Exigir adaptação dos veículos de transportes coletivos existentes, a fim de garantir acesso adequado à pessoa portadora de deficiência (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, IX - Emenda nº 004/2017);
- Conceder gratuidade nos transportes coletivos de empresas públicas ou privadas para as pessoas portadoras de deficiência (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, X - Emenda nº 004/2017);
- Facilitar a locomoção de pessoas portadoras de deficiência, com a previsão de rebaixamento, rampas e outros meios de acesso, inclusive nas estruturas de embarque e desembarque descentralizada (os conhecidos pontos de ônibus) ou centralizadas (terminais e/ou estações) (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, XI - Emenda nº 004/2017);
- Implantar o sistema "braille" de forma a atender às necessidades educacionais e sociais das pessoas portadoras de deficiência visual (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, XIII - Emenda nº 004/2017);
- Transporte gratuito aos alunos do ensino fundamental e ensino médio da rede pública, devendo ser estabelecido um sistema de identificação do usuário que não gere custos futuros, como a emissão física do Cartão de Vale Transporte. (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 176, V - Emenda nº 004/2017 e Lei Municipal nº 2.132/2002);
- Nas estruturas de embarque e desembarque descentralizadas (os conhecidos pontos de ônibus) e centralizadas (terminais e/ou estações) deverão ser previstas formas de integração com os modos de transporte motorizados e não motorizados e serviços, coletivos ou individuais, público e privado.



- Apresentar estudo para a gratuidade de transporte para os Servidores Públicos Municipais que recebam até 02 salários mínimos, sendo 02 trajetos por dia, não cumulativo, demonstrando o cálculo de impacto;
- Apresentar estudo para a gratuidade de transporte para estagiários não remunerados que estão realizando as suas atividades junto a Prefeitura Municipal de Teresópolis, sendo 02 trajetos por dia, não cumulativo, demonstrando o cálculo de impacto;
- Apresentar estudo para transporte de animais domésticos de pequeno porte (acompanhados e acondicionados) em horários e trajetos delimitados, inclusive prevendo autorização prévia, similar ao praticado no transporte rodoviário intermunicipal e transporte aéreo, demonstrando o cálculo de impacto;
- Apresentar estudo para transporte de animais domésticos de pequeno porte (acompanhados e acondicionados) em horários e trajetos delimitados, inclusive prevendo autorização prévia, similar ao praticado no transporte rodoviário intermunicipal e transporte aéreo, demonstrando o cálculo de impacto.
- Na frota, em especial nas linhas que atenderão o interior do município (2º e 3º distritos) deverão ser previstos veículos tracionados.
- Na frota, em especial nas linhas que atenderão áreas em aclive de difícil acesso no 1º distrito deverão ser previstos veículos tracionados.
- A frota deverá ter instalados equipamentos de Ar Condicionado, devendo existir a manutenção preventiva e a gestão da qualidade do ar interna dos veículos.

LEIA-SE:

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis:



- As empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo nas linhas municipais ficam obrigadas a manter os respectivos veículos com portas traseira e dianteira (entrada e saída) (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 136 - Emenda nº 004/2017).
- Ter ambiente seguro e acessível para a utilização do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, conforme as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Idosos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos é garantida a gratuidade nos transportes coletivos municipais (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 130, V, a - Emenda nº 004/2017 e Lei Municipal nº 2.132/2002).
- Exigir adaptação dos veículos de transportes coletivos existentes, a fim de garantir acesso adequado à pessoa portadora de deficiência (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, IX - Emenda nº 004/2017);
- Conceder gratuidade nos transportes coletivos de empresas públicas ou privadas para as pessoas portadoras de deficiência (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, X - Emenda nº 004/2017);
- Facilitar a locomoção de pessoas portadoras de deficiência, com a previsão de rebaixamento, rampas e outros meios de acesso, inclusive nas estruturas de embarque e desembarque descentralizada (os conhecidos pontos de ônibus) ou centralizadas (terminais e/ou estações) (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, XI - Emenda nº 004/2017);
- Implantar o sistema "braille" de forma a atender às necessidades educacionais e sociais das pessoas portadoras de deficiência visual (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 171, XIII - Emenda nº 004/2017);
- Transporte gratuito aos alunos do ensino fundamental e ensino médio da rede pública, devendo ser estabelecido um sistema de identificação



do usuário que não gere custos futuros, como a emissão física do Cartão de Vale Transporte. (Lei Orgânica de Teresópolis, Art. 176, V - Emenda nº 004/2017 e Lei Municipal nº 2.132/2002);

- Nas estruturas de embarque e desembarque descentralizadas (os conhecidos pontos de ônibus) e centralizadas (terminais e/ou estações) deverão ser previstas formas de integração com os modos de transporte motorizados e não motorizados e serviços, coletivos ou individuais, público e privado.
- Apresentar estudo para a gratuidade de transporte para os Servidores Públicos Municipais que recebam até 02 salários mínimos, sendo 02 trajetos por dia, não cumulativo, demonstrando o cálculo de impacto;
- Apresentar estudo para a gratuidade de transporte para estagiários não remunerados que estão realizando as suas atividades junto a Prefeitura Municipal de Teresópolis, sendo 02 trajetos por dia, não cumulativo, demonstrando o cálculo de impacto;
- Apresentar estudo para transporte de animais domésticos de pequeno porte (acompanhados e acondicionados) em horários e trajetos delimitados, inclusive prevendo autorização prévia, similar ao praticado no transporte rodoviário intermunicipal e transporte aéreo, demonstrando o cálculo de impacto;
- Na frota, em especial nas linhas que atenderão o interior do município (2º e 3º distritos) deverão ser previstos veículos tracionados.
- Na frota, em especial nas linhas que atenderão áreas em aclive de difícil acesso no 1º distrito deverão ser previstos veículos tracionados.
- A frota deverá ter equipamentos de Ar Condicionado instalados, mantendo-se a sua manutenção preventiva e a gestão da qualidade do ar interna dos veículos.